



SIMULADO ESPECIAL

TJ RS

**Analista do Poder Judiciário
Área Administrativa**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-RS**, cargo de **Analista do Poder Judiciário - Área Administrativa**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/WDd6w7ZXnp9ZtYD76>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/d7Sq>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Suellen Borges*

Texto 1 para as questões de 1 a 5

A burocracia, de tão antiga, já faz parte da história da humanidade. Desde os primeiros impérios, a necessidade de organizar e controlar a vida em sociedade levou ao surgimento de estruturas hierárquicas e regras formais. Contudo, essa herança, que deveria ser um meio para a ordem, transformou-se em um fim em si mesma. O labirinto de papéis, carimbos e assinaturas, outrora símbolo de seriedade e rigor, tornou-se um espectro que paira sobre a vida dos cidadãos, paralisando iniciativas e sufocando a espontaneidade. A inércia burocrática é a negação da ação, a vitória do procedimento sobre o propósito.

1. O autor utiliza a expressão "espectro que paira sobre a vida dos cidadãos" para se referir à burocracia. A alternativa que melhor interpreta o sentido dessa expressão no contexto é:

- a) A burocracia é algo invisível e inofensivo que não afeta a vida das pessoas.
- b) A burocracia é uma figura fantasiosa, criada para assustar as pessoas.
- c) A burocracia é uma presença constante e ameaçadora que restringe a liberdade de ação.
- d) A burocracia é uma lembrança do passado que a sociedade tenta esquecer.
- e) A burocracia é uma entidade que protege os cidadãos de ações ilegais.

2. No trecho "A inércia burocrática é a negação da ação, é a vitória do procedimento sobre o propósito.", a vírgula é empregada para:

- a) Separar um aposto explicativo.
- b) Separar orações coordenadas assindéticas.
- c) Marcar a elipse de um verbo.
- d) Isolar um adjunto adverbial de modo.
- e) Indicar uma inversão sintática.

3. Assinale a alternativa em que o segmento destacado NÃO tem o mesmo sentido que "outrora" no texto.

- a) A cidade antigamente era mais segura.
- b) Eles neste tempo se preocupavam com outras questões.
- c) Em outros tempos, as regras eram mais rígidas.
- d) O regime em tempos passados era muito severo.
- e) Essa construção é uma relíquia de antes.

4. A palavra "formal" em "regras formais" é substituída, sem prejuízo de sentido, por:

- a) sérias
- b) oficiais
- c) rígidas
- d) burocráticas
- e) solenes

5. Qual das frases abaixo, se inserida no texto, manteria a coerência e a coesão?

- a) A modernidade, contudo, tem desfeito essa estrutura.
- b) Apesar de tudo, a burocracia é fundamental para a democracia.
- c) O cidadão comum, no entanto, beneficia-se de sua estabilidade.
- d) Esse sistema, no entanto, ainda persiste e se fortalece.
- e) As normas, assim, são facilmente ignoradas.

Texto 2 para as questões de 6 a 10

Não se pode viver sem enigmas. As coisas mais óbvias, aquelas que nos parecem mais acessíveis, escondem uma complexidade insondável. O sorriso de um amigo, a lágrima de um estranho, a cor de uma flor — tudo isso carrega um segredo que a razão, por mais aguda, não pode decifrar. O ser humano se move pela busca de sentido, e essa busca não se encerra naquilo que é explícito. O mistério é o motor que nos impulsiona, a força que nos leva a olhar além da superfície e a questionar a realidade que nos é imposta.

6. A tese principal defendida pelo autor é que:

- a) Os enigmas da vida são insolúveis.
- b) O mistério é um elemento essencial à condição humana.
- c) O ser humano vive em constante busca por respostas.
- d) A razão é incapaz de desvendar os segredos da vida.
- e) As coisas mais óbvias são as mais importantes.

7. O termo "insondável" no texto pode ser substituído, sem alteração de sentido, por:

- a) imaterial
- b) invisível
- c) profundo
- d) inacessível
- e) indecifrável

8. A vírgula em "O sorriso de um amigo, a lágrima de um estranho, a cor de uma flor — tudo isso carrega um segredo" é usada para:

- a) Separar orações subordinadas.
- b) Isolar elementos de mesma função sintática.
- c) Marcar a inversão de termos.
- d) Separar oração principal de subordinada.
- e) Separar vocativo.

9. A ambiguidade da frase "O policial prendeu o ladrão em sua casa" pode ser desfeita por:

- a) O policial prendeu o ladrão na casa do policial.
- b) O policial em sua casa prendeu o ladrão.
- c) O policial prendeu o ladrão.
- d) Na casa dele, o policial prendeu o ladrão.
- e) Na casa do ladrão, o policial prendeu-o.

10. O trecho "A qualidade da água está comprometida." O vocábulo em destaque é classificado como:

- a) Substantivo
- b) Adjetivo
- c) Advérbio
- d) Verbo
- e) Adjetivo substantivado

11. Em qual das frases abaixo a concordância verbal está correta?

- a) Fazem anos que não o vejo.
- b) Precisam-se de operários qualificados.
- c) Houveram muitos acidentes na estrada.
- d) Vão haver mais oportunidades no futuro.
- e) Deve haver poucas vagas disponíveis.

12. Assinale a alternativa em que a palavra "mesmo" é um pronome demonstrativo.

- a) Ele mesmo fez o trabalho.
- b) Ela pensava o mesmo que eu.
- c) Por ser um lugar perigoso, não me aproximo mesmo.
- d) Ele se feriu, mesmo que levemente.
- e) Mesmo assim, não desistiu.

13. A frase "O político, em quem o povo confia, não pode errar." apresenta a preposição antes do pronome por exigência da palavra:

- a) confiar
- b) errar
- c) poder
- d) apresentar
- e) ser

14. A oração "Fiz a prova com toda a atenção" pode ser reescrita usando um advérbio de modo, da seguinte forma:

- a) Fiz a prova atenciosamente.
- b) Fiz a prova atentamente.
- c) Fiz a prova em atenção.
- d) Fiz a prova com atenção.
- e) Fiz a prova muito atenciosamente.

15. O vocábulo "como" tem valor de conjunção subordinativa causal na frase:

- a) Ele agiu como um verdadeiro herói.
- b) O livro, como eu já imaginava, era fascinante.
- c) O problema, como estava escuro, não foi resolvido.
- d) O pai se comportou como se fosse uma criança.
- e) Ele estava contente como nunca.

16. Os verbos da frase "Eles são inteligentes, mas não estudam." estão no tempo:

- a) Presente do indicativo
- b) Pretérito imperfeito do indicativo
- c) Pretérito perfeito do indicativo
- d) Futuro do presente do indicativo
- e) Futuro do pretérito do indicativo

17. A frase "A decisão é passível de recurso." significa que a decisão:

- a) é impossível de ser mudada.
- b) pode ser contestada.
- c) pode ser adiada.
- d) pode ser revogada.
- e) é injusta.

18. A frase "Faz dois anos que não o vejo." está correta. A alternativa que explica a concordância do verbo fazer é:

- a) Ele concorda com o sujeito, "anos".
- b) Ele é um verbo impersonal e permanece no singular.
- c) Ele concorda com a oração principal.
- d) Ele concorda com o pronome "o".
- e) Ele é um verbo de ligação.

19. A pontuação na frase "João, o chefe da seção, foi promovido." isola um:

- a) vocativo
- b) aposto
- c) adjunto adnominal
- d) predicativo do sujeito
- e) complemento nominal

20. Em "Ele me disse que viria", a oração "que viria" é classificada como:

- a) Subordinada substantiva objetiva direta.
- b) Subordinada substantiva subjetiva.
- c) Coordenada sindética explicativa.
- d) Subordinada adverbial consecutiva.
- e) Subordinada substantiva predicativa.

21. A frase "Eles são os melhores jogadores, mas não estão em forma." expressa uma ideia de:

- a) conclusão
- b) explicação
- c) oposição
- d) alternância
- e) conformidade

22. Assinale a alternativa em que a palavra "para" é uma preposição com sentido de finalidade.

- a) Eu estudo para passar no concurso.
- b) Ele foi para a casa dos pais.
- c) A caneta é para você.
- d) Fui ao mercado para o almoço.
- e) O professor falou para os alunos.

TÓPICOS DE LEGISLAÇÃO ÉTICA E LEGISLAÇÃO TRIBUNAL

Tiago Zanolla

23. Em um processo com relevante repercussão social envolvendo o fornecimento de medicamentos por ente público, um Desembargador do TJ-RS suscitou divergência com a interpretação consolidada por outro órgão colegiado da Seção Cível. Em razão disso, o processo foi redistribuído para julgamento perante a respectiva Turma da Seção de Direito Público.

No dia da sessão, compareceram 19 dos 24 Desembargadores integrantes da Turma designada. O julgamento transcorreu com a presença do 1º Vice-Presidente do Tribunal, que, ao final, exerceu o direito de voto para formar maioria absoluta, embora não houvesse empate. O processo foi remetido, posteriormente, ao Grupo Cível correspondente para uniformização da jurisprudência, onde compareceram quatro julgadores além do presidente.

Considerando as normas regimentais do TJ-RS, é correto afirmar que:

- a) O julgamento pela Turma foi irregular, pois o número mínimo de Desembargadores presentes deve ser de 80% da composição total.
- b) O voto do 1º Vice-Presidente foi indevido, pois só pode ocorrer em caso de empate.
- c) A sessão do Grupo Cível pode se instalar validamente, pois atingiu o quórum mínimo.
- d) A Seção Cível deveria ser composta apenas por Turmas e Câmaras, sendo irregular o encaminhamento ao Grupo.
- e) A Turma de julgamento não poderia ter mais de 20 Desembargadores, conforme limite fixado pelo Regimento Interno.

24. Durante curso de formação promovido para servidores recém-nomeados no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, uma instrutora apresentou um fluxograma ilustrando os diversos órgãos que compõem a estrutura do Poder Judiciário estadual.

No momento da explicação, um dos participantes questionou se a Corregedoria-Geral de Justiça e os Tribunais do Júri fazem parte do mesmo núcleo orgânico, ao que outro colega completou mencionando os Juizados Especiais e os Grupos de Câmaras.

Com base na estrutura prevista no Código de Organização Judiciária do TJ-RS, é correto afirmar que:

- a) Os Juizados Especiais e os Tribunais do Júri pertencem ao Tribunal de Justiça, na mesma categoria das Vice-Presidências.
- b) A Corregedoria-Geral de Justiça é órgão do Poder Judiciário, mas não integra o Tribunal de Justiça.
- c) Os Grupos de Câmaras são órgãos do Poder Judiciário, porém subordinados ao Conselho da Magistratura.
- d) A Corregedoria-Geral de Justiça, assim como os Grupos de Câmaras, compõem os órgãos internos do Tribunal de Justiça.
- e) Os Tribunais do Júri integram o Tribunal de Justiça como órgão recursal auxiliar das Câmaras Criminais.

25. Durante inspeção interna realizada pela Comissão de Ética do TJRS, foi identificado que, nos últimos dois anos, diversos estagiários e servidores temporários passaram a atuar sem que tivessem assinado o termo de ciência do Código de Ética e de Conduta, tampouco prestado o compromisso formal previsto na norma.

Diante da constatação, a chefia da unidade alegou que tais colaboradores não eram formalmente empossados e que, portanto, não se aplicavam a eles as exigências éticas regimentais. Já a Comissão de Ética entendeu haver omissão grave e recomendou abertura de apuração ética em relação à recusa injustificada de assinatura do termo.

À luz do Ato Regimental nº 01/2020 – OE, é correto afirmar que:

- a) Estagiários e servidores temporários não se enquadram como “servidores” para fins de aplicação do Código de Ética.
- b) A recusa em assinar o termo de ciência não pode ser punida, pois a assinatura é facultativa.
- c) A prestação de compromisso ético deve ocorrer apenas no ato de posse dos servidores efetivos.
- d) A recusa em assinar o termo de ciência poderá justificar abertura de processo de apuração ética.
- e) A chefia da unidade não possui responsabilidade funcional pela inobservância da norma ética.

26. Marta, servidora efetiva do TJRS, é técnica judiciária com atribuições voltadas à gestão documental. Lotada inicialmente em uma vara cível, passou a atuar, por designação, em um setor de TI do tribunal. Alegando incompatibilidade de formação com a nova área, solicitou formalmente sua relotação. A Administração, entretanto, indeferiu o pedido, afirmando que a movimentação havia ocorrido no interesse do serviço, sendo válida mesmo diante da especialização da servidora em arquivologia.

Dias depois, Marta foi nomeada para um cargo em comissão na Coordenadoria de Protocolo, permanecendo vinculada ao setor de TI, até que fosse publicada nova portaria.

Considerando o Estatuto dos Servidores do Estado do RS, é correto afirmar que:

- a) A relotação de Marta só poderia ocorrer a pedido, considerando suas características pessoais.
- b) A lotação no setor de TI é inválida, pois a compatibilidade entre cargo e setor é requisito absoluto.
- c) A nomeação para cargo em comissão suspende os efeitos da lotação anterior, mesmo sem nova portaria.
- d) A Administração não pode realizar relotação ex officio em setores com atribuições incompatíveis.
- e) A lotação da servidora no novo cargo em comissão está compreendida no próprio ato de nomeação.

27. Durante a implantação de um novo sistema informatizado de controle de processos administrativos, a Diretoria-Geral do TJRS identificou a necessidade de delegar temporariamente parte de sua competência decisória a coordenadorias regionais, que não estão formalmente subordinadas à estrutura central. Um grupo de servidores alertou que tal delegação seria inválida por ausência de hierarquia direta entre os órgãos envolvidos.

Posteriormente, identificou-se também que o presidente de uma comissão colegiada havia editado ato normativo com base em delegação genérica recebida do colegiado. Além disso, um diretor de departamento alegou ter avocação permanente de atos de chefia de seção por conveniência gerencial.

À luz da Lei nº 15.612/2021, é correto afirmar que:

- a) A delegação é inválida, pois somente pode ocorrer entre órgãos que possuam vínculo hierárquico.
- b) O presidente do colegiado não pode exercer competência delegada, mesmo que expressamente autorizado.
- c) A edição de ato normativo não pode ser objeto de delegação, ainda que formalizada.
- d) A avocação permanente de competências inferiores é admitida por decisão administrativa motivada.
- e) A publicação oficial do ato de delegação é dispensável quando houver conveniência institucional.

28. Durante visita técnica ao TJRS, uma equipe de servidores de outro tribunal estadual foi recebida pelo setor de distribuição processual e acompanhou a rotina diária de autuação e distribuição dos feitos.

No relatório final, os visitantes elogiaram a sistemática de sorteio eletrônico, em tempo real, com base em classes e subclasses definidas por provimento da Presidência, bem como a adoção de mecanismos de compensação entre Desembargadores.

No entanto, apontaram como potencial irregularidade o fato de um Desembargador recém-reclassificado no Grupo estar recebendo número elevado de feitos, sob o argumento de que sua média ainda estava em fase de equilíbrio.

Com base no Regimento Interno do TJRS, é correto afirmar que:

- a) A) Os Desembargadores reclassificados devem receber maior número de feitos temporariamente, até que sua média se equilibre com a dos demais.
- b) B) A distribuição com base em sorteio eletrônico é limitada aos processos cíveis, cabendo a distribuição manual nas demais classes.
- c) C) A sistemática de compensação por média de distribuição é vedada para novos membros, por ofensa ao princípio do juiz natural.
- d) D) Não é possível computar processos por prevenção ou vinculação no sistema de sorteio eletrônico.
- e) E) A distribuição é realizada apenas semanalmente, após revisão de todos os dados cadastrais processuais.

TÓPICOS DE LEGISLAÇÃO DIREITOS HUMANOS E PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

29. Levando em consideração a busca institucional pelo cumprimento das normas internacionais e internas de promoção da igualdade de gênero, diante da Política Nacional de Direitos Humanos, dentre os Eixos do atual Programa Nacional, indique aquele no qual se localiza as disposições acerca do enfrentamento do desafio de eliminar as desigualdades, levando em conta as dimensões de gênero e raça nas políticas públicas, desde o planejamento até a sua concretização e avaliação, inclusive por meio de indicadores que possam mensurar a efetivação progressiva dos direitos. Trata-se do Eixo Orientador:

- a) Interação democrática entre Estado e sociedade civil.
- b) Desenvolvimento e Direitos Humanos.
- c) Universalizar direitos em um contexto de desigualdades.
- d) Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência.
- e) Educação e Cultura em Direitos Humanos.

30. Imagine a seguinte situação hipotética: Um banco privado abre concurso interno para promoção a cargos de gerência. Apesar de haver funcionários negros com a mesma qualificação e tempo de serviço que colegas brancos, apenas candidatos brancos são promovidos sistematicamente. Além da ocorrência de racismo institucional, os dados que evidenciam essa narrativa nos termos do Estatuto da Igualdade Racial, podem ser considerados exemplo de

- a) discriminação racial.
- b) discriminação étnico-racial.
- c) desigualdade racial.
- d) ação afirmativa.
- e) conduta antirracista.

- 31.** Sobre os Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.
- I. É correto afirmar que o texto constitucional acaba por mencionar uma das características atribuíveis materialmente aos Direitos Humanos quando define que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- II. O Texto Constitucional elenca direitos e garantias fundamentais com extensão e precisão, de modo que tratados internacionais não são mencionados como válidos em seus termos.
- III. Em razão da essencialidade material, é possível que um tratado de Direitos Humanos seja internalizado com natureza supraconstitucional, uma vez que poderá ser a norma aplicada diante do caso concreto.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

- 32.** Observe com atenção a imagem a seguir:



Mediante a análise da imagem, e conhecendo da evolução do Direito da Pessoa com Deficiência no país, é possível afirmar que atualmente impera o paradigma da(o):

- a) integração social.
- b) capacitismo.
- c) modelo da invisibilidade.
- d) modelo médico, ou assistencialista da deficiência.
- e) modelo social, ou asseguratório de direitos humanos.

NOÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS E IA - ITENS 1 A 6

Emannuelle Gouveia

33. No Windows 10, ao tentar renomear uma pasta com o nome “CON”, o sistema exibe uma mensagem de erro. Isso ocorre porque:

- a) O nome contém extensão inválida.
- b) O nome já está sendo utilizado em outra unidade.
- c) “CON” é uma palavra reservada pelo sistema operacional.
- d) O nome excede o limite de caracteres permitido para pastas.
- e) Palavras com apenas três letras não são aceitas em bibliotecas.

34. No sistema operacional Windows 10 ou 11, em português, a ação de fixar um aplicativo à barra de tarefas permite:

- a) Ocultar o aplicativo da visualização do usuário durante a navegação em janelas múltiplas.
- b) Encaminhar o aplicativo diretamente para a lixeira, removendo-o da memória RAM.
- c) Estabelecer prioridades de inicialização no modo de segurança do sistema.
- d) Tornar o atalho do aplicativo permanentemente visível na barra inferior para fácil acesso.
- e) Criar um ponto de restauração do sistema com base no uso daquele aplicativo.

35. Qual dos recursos do Word, listados abaixo, é o que permite a quebra correta de palavras, fazendo com que o espaçamento do texto fique mais uniforme e haja economia de espaço no documento:

- a) Alinhamento Justificado.
- b) Controle de Alterações
- c) Hifenização.
- d) Recuos
- e) Espaçamento.

36. No Microsoft Excel 2016, qual alternativa apresenta corretamente a função que retorna o menor valor entre os selecionados:

- a) =MÉDIA(A1:A10)
- b) =MAIOR(A1:A10;1)
- c) =SE(A1>10;"Sim";"Não")
- d) =MENOR(A1:A10;1)
- e) =CONT.SE(A1:A10;">10")

37. Com o TEAMS não é possível:

- a) Realizar reuniões on-line
- b) Bloquear o microfone de participantes
- c) Utilizar o recurso de chat
- d) Editar textos em um editor próprio e integrado direta e exclusivamente à ferramenta
- e) bloquear a câmera durante uma transmissão .

38. Em navegadores como Chrome, Firefox e Edge, a combinação de teclas Ctrl + Shift + T serve para:

- a) Fechar todas as guias abertas.
- b) Reabrir a última guia fechada.
- c) Apagar o histórico de navegação.
- d) Atualizar a guia ativa.
- e) Abrir uma nova janela anônima.

39. Em relação aos conceitos básicos da Internet e suas tecnologias associadas, analise as afirmações abaixo:

- I. DNS (Domain Name System) é responsável por traduzir nomes de domínios (como www.exemplo.com) em endereços IP que os computadores utilizam para se comunicar.
- II. HTTP e HTTPS são protocolos utilizados para comunicação entre navegadores e servidores web, onde o HTTPS oferece criptografia de dados.
- III. Endereço IP dinâmico é aquele atribuído a um dispositivo de forma fixa e permanente pela operadora de internet.

Com base nas afirmações acima, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmação III está correta.
- d) Todas as afirmações estão corretas.
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

40. Em ambientes corporativos com computadores em rede, assinale a alternativa correta:

- a) Impressoras compartilhadas só podem ser acessadas por computadores conectados por cabo.
- b) Ao editar documentos em rede, o conteúdo é automaticamente salvo no computador do servidor.
- c) Planilhas salvas em rede podem ser acessadas simultaneamente, com controle de edição por software adequado.
- d) Computadores em rede não compartilham arquivos, apenas conexões de internet.
- e) Não é possível usar editores de texto locais para arquivos armazenados em rede.

**NOÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS E IA - ITENS
7 A 11***Renato Da Costa*

41. Com a chegada do novo padrão de redes sem fio, conhecido como Wi-Fi 7, diversas melhorias foram introduzidas para aumentar o desempenho. Entre os avanços destacam-se: aumento da capacidade de fluxos espaciais para até 16, possibilidade de uso de canais de até 320 MHz na faixa de 6 GHz, além do recurso MLO (Multi-Link Operation), que permite a transmissão e recepção de dados simultaneamente em mais de uma banda (2,4 GHz, 5 GHz ou 6 GHz).

Assinale a alternativa que corresponde ao padrão responsável por essas inovações:

- a) IEEE 802.11n
- b) IEEE 802.11ac
- c) IEEE 802.11ax
- d) IEEE 802.11be
- e) IEEE 802.11g

42. No campo da Inteligência Artificial, diferentes técnicas de aprendizado de máquina são aplicadas a contextos práticos. Considere os cenários a seguir:

Contexto 1: Uma instituição financeira deseja prever se novos clientes irão honrar seus empréstimos. Para isso, utiliza um banco de dados histórico em que já consta, para cada cliente, informações sobre renda, idade, histórico de crédito e a variável “pagou ou não pagou”. O sistema aprende a partir desses exemplos para classificar futuros clientes.

Contexto 2: Uma grande rede varejista coleta informações de compras de milhões de clientes, como produtos adquiridos, frequência e valores gastos. O objetivo é identificar padrões de consumo e segmentar automaticamente clientes com comportamentos semelhantes, sem que haja uma variável previamente rotulada no conjunto de dados.

Com base nos contextos apresentados, assinale a alternativa correta que indica os tipos de aprendizado utilizados, respectivamente:

- a) Reforço e supervisionado
- b) Supervisionado e não supervisionado
- c) Não supervisionado e supervisionado
- d) Supervisionado e por reforço
- e) Reforço e não supervisionado

43. Considere os seguintes contextos relacionados à Inteligência Artificial:

- (1) Um pesquisador desenvolve um chatbot capaz de manter uma conversa tão convincente que um avaliador humano não consegue distinguir se está interagindo com uma máquina ou com uma pessoa.
- (2) Uma assistente virtual responde a comandos de voz, agenda compromissos e fornece previsões meteorológicas, mas não possui consciência nem compreensão real do que faz.
- (3) Um cientista propõe a construção de sistemas capazes de apresentar consciência, autoconsciência e compreensão genuína do mundo, tal como se espera de um ser humano.
- (4) Um modelo estatístico é treinado para prever o preço de imóveis com base em variáveis como metragem, localização e número de quartos, ajustando uma função matemática contínua para estimar valores.

Com base nesses contextos, associe corretamente cada descrição ao conceito que representa:

- IA fraca
- IA forte
- Teste de Turing
- Regressão

Assinale a alternativa correta:

- a) (1) IA forte; (2) IA fraca; (3) Teste de Turing; (4) Regressão
- b) (1) Teste de Turing; (2) IA fraca; (3) IA forte; (4) Regressão
- c) (1) IA fraca; (2) Teste de Turing; (3) Regressão; (4) IA forte
- d) (1) Teste de Turing; (2) IA forte; (3) IA fraca; (4) Regressão
- e) (1) Regressão; (2) IA fraca; (3) IA forte; (4) Teste de Turing

44. O Google oferece diversos operadores lógicos e comandos de busca avançada para refinar pesquisas. Analise as seguintes consultas:

- (1) "inteligência artificial" site:edu.br
- (2) filetype:pdf "planejamento estratégico"
- (3) "machine learning" AND "supervised learning"
- (4) "Porter 1996" -estratégia
- (5) "Michael Porter" AND "What is Strategy" -"What is Strategy"

Considerando o funcionamento dos operadores de busca, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as consultas retornarão resultados.
- b) Apenas a consulta (2) não retornará resultados.
- c) Apenas a consulta (4) não retornará resultados.
- d) Apenas a consulta (5) não retornará resultados.
- e) Nenhuma das consultas apresentará resultados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - ITENS 1 A 3

Celso Natale

45. No âmbito da microeconomia aplicada à gestão pública, a análise das decisões de consumo e produção é fundamental para compreender impactos de políticas e programas. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.

- a) O aumento de subsídios a bens inferiores desloca a curva de demanda para a esquerda, reduzindo o consumo desses bens.
- b) Em mercados sob concorrência perfeita, o poder público enfrenta maiores custos de transação ao contratar, devido à ausência de produtores substitutos.
- c) A análise de custos em órgãos públicos permite avaliar eficiência operacional, sendo o custo marginal um indicador relevante para decisões sobre ampliação de serviços.

d) Em estruturas de monopólio natural, a prestação de serviços públicos sempre garante alocação eficiente de recursos, sem necessidade de regulação estatal.

e) Em programas de transferência de renda, a elevação da renda das famílias reduz necessariamente a demanda por bens normais e aumenta a por bens inferiores.

46. Sobre estruturas de mercado e seus impactos na atuação do setor público, assinale a alternativa correta.

- a) No oligopólio, as firmas atuam sem interdependência estratégica.
- b) O monopólio natural pode justificar a prestação estatal direta ou regulada.
- c) Na concorrência perfeita, cada firma define livremente o preço de mercado.
- d) O monopsônio ocorre quando há muitos compradores e um único vendedor.
- e) No cartel, a competição entre as empresas tende a reduzir preços.

47. Sobre contas nacionais e políticas econômicas, assinale a alternativa correta.

- a) O PIB pela ótica da renda soma consumo, investimento, gastos do governo e exportações líquidas.
- b) O PIB nominal desconta a inflação, refletindo apenas o crescimento real da economia.
- c) A política fiscal refere-se ao uso do orçamento público para influenciar a atividade econômica.
- d) A política monetária utiliza a tributação como principal instrumento de controle da demanda agregada.
- e) O PIB pela ótica da produção considera apenas o setor industrial, excluindo serviços e agropecuária.

48. No contexto do sistema monetário e do mercado financeiro, assinale a alternativa correta.

- a) A política monetária atua sobre a taxa de juros e a oferta de moeda, afetando diretamente o custo do financiamento público.
- b) Os fundos públicos de investimento não sofrem influência da taxa básica de juros.
- c) O mercado de capitais é destinado exclusivamente à negociação de títulos públicos emitidos pelo governo.
- d) A expansão da base monetária reduz a liquidez do sistema financeiro.
- e) Os investimentos institucionais do setor público não estão sujeitos a riscos de mercado.

49. Em relação à tributação e à eficiência econômica, assinale a alternativa correta.

- a) Impostos indiretos, como o ICMS, não afetam decisões de consumo e produção.
- b) A incidência de impostos pode gerar distorções no mercado, conhecidas como perdas de eficiência ou peso morto.
- c) A neutralidade tributária ocorre quando a carga tributária recai totalmente sobre o consumidor.
- d) A progressividade do imposto de renda é incompatível com o princípio da equidade.
- e) A ausência completa de tributos é condição necessária para eficiência econômica.

**ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - ITENS
4 A 11***Elisabete Moreira*

50. O planejamento organizacional é um instrumento que permite dar rumo à organização e, junto aos colaboradores, e tem o objetivo de promover mais eficiência, eficácia e efetividade, envolvendo um processo coordenado e participativo. Acerca do tema, aponte a alternativa correta.

- a) O gerenciamento da mudança e a melhoria nos processos de negócios que visam manter a operação e a produtividade dizem respeito à perspectiva do aprendizado e crescimento, no Balanced Scorecard.
- b) A missão organizacional, que determina a identidade organizacional, deve explicitar onde e como a organização pretende estar no futuro, embasada no pensamento dos seus dirigentes.
- c) A estratégia de gestão das redes e alianças tem como pilar a escolha dos canais adequados para a troca de informações, tanto entre os próprios participantes quanto da rede para os participantes.
- d) O principal resultado esperado do planejamento estratégico participativo não é o plano, mas o processo desenvolvido de aprendizagem organizacional.
- e) A etapa de avaliação de desempenho do planejamento estratégico consiste numa análise pontual que compara os objetivos estabelecidos e os resultados alcançados.

51. O Referencial estratégico das organizações envolve a escolha de ferramentas, análise de cenários e indicadores de desempenho, entre outras variáveis, visando o levantamento de informações que auxiliem no processo de construção do planejamento nas organizações. Alguns critérios são fundamentais para abastecer os avaliadores de parâmetros que permitam realizar julgamento. Com relação aos critérios de avaliação, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A eficácia corresponde aos resultados sociais (outcomes) com a redução do problema e a geração de valor para a população.
- () A economicidade está relacionada ao grau de utilização dos recursos.
- () A eficiência operacional está associada à análise dos custos e prazos esperados em relação ao realizado.
- () A produtividade refere-se ao nível de saídas de um processo produtivo.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V, F e V.
- b) F, V, V e V.
- c) V, F, F e F.
- d) V, V, F e V.
- e) F, F, V e F.

52. O estudo da motivação apresenta várias facetas e teorias que podem gerar um comportamento dirigido para o alcance de um objetivo. No entanto, nenhuma das teorias demonstra com completude todos os fatores que podem desencadear um esforço persistente. Acerca do tema, aponte a alternativa correta.

- a) A teoria motivacional da autoeficácia demonstra situações em que o indivíduo não se acha capaz de realizar determinado trabalho.
- b) A teoria de Vroom defende que a valência negativa desencadeia um comportamento esforçado e persistente.

c) Uma forma de enriquecer um trabalho com carga horizontal seria atribuir responsabilidades mais complexas.

d) A teoria ERC, de Alderf, defende que as necessidades humanas podem ser ativadas simultaneamente.

e) Uma pessoa quando motivada alcança objetivos eficazes.

53. A cultura organizacional é formada por um conjunto de elementos que são considerados corretos, compartilhados entre os membros, de forma a dar identidade e personalidade à organização, refletindo-se na imagem externa e no sucesso organizacional. Levando-se em consideração os aspectos relacionados à cultura organizacional, aponte a alternativa correta.

- a) É formada por percepções acerca do ambiente organizacional compartilhadas pelos empregados.
- b) É formada por camadas como responsabilidade social, ambiental e de governança.
- c) Apresenta padrões de referência criados e compartilhados, que influenciam a forma de perceber a organização.
- d) É na atitude das pessoas que se manifesta os valores e onde se visualiza o aspecto formal da cultura organizacional.
- e) São as normas grupais que representam aspectos formais da cultura organizacional.

54. Um gestor público lançou um projeto para construção de mais uma escola, visando melhor alocar os alunos em seu município. Além de fiscalizar de perto a obra, ele resolveu que toda semana iria informar e divulgar à população acerca do avanço da construção, procedimento que tem demandado boa parte do seu tempo de gestor. Nesse caso, o papel desempenhado pelo gestor é essencialmente de:

- a) de informação, como monitor;
- b) de informação, como porta-voz;
- c) de informação, como disseminador;
- d) de informação, como administrador de recursos;
- e) de informação, como negociador.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - ITENS 1 A 10

Leandro Ravelle

55. No último quadrimestre de 2025, a Assembleia Legislativa do Estado Y aprovou crédito suplementar em favor da Defensoria Pública estadual, a pedido da própria instituição e com manifestação favorável do Executivo.

Nos meses seguintes, o Governador reteve parcialmente os duodécimos da Defensoria — inclusive as parcelas decorrentes do crédito suplementar aprovado — alegando frustração de receita e necessidade de contingenciamento.

A Defensoria impetrou mandado de segurança para obter o repasse integral e tempestivo de todas as dotações aprovadas na LOA e nos créditos adicionais.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência consolidada do STF sobre o tema, assinale a opção correta:

- a) O Poder Executivo pode reter valores referentes a créditos adicionais aprovados, diante de frustração de receita, desde que comunique previamente ao órgão beneficiário.
- b) A Defensoria Pública não detém autonomia orçamentária plena, podendo o Executivo, por discricionariedade administrativa, reter duodécimos suplementares.

- c) O repasse de créditos adicionais não integra a sistemática dos duodécimos e, por isso, pode ser postergado pelo Governador até o final do exercício financeiro, sem violar a Constituição.
- d) A retenção de duodécimos, inclusive de créditos suplementares e especiais regularmente aprovados, viola a autonomia da Defensoria Pública e afronta a Constituição, impondo-se o repasse integral e tempestivo.
- e) A execução de crédito suplementar pode ser condicionada a decreto do Chefe do Executivo, ainda que sem lei específica, quando houver risco às metas fiscais (LRF).

56. Durante o exercício de 2026, a Secretaria de Logística do Estado Z efetuou pagamento a fornecedor por serviços de manutenção predial sem que houvesse comprometimento prévio da despesa por ato da autoridade competente. Em seguida, a unidade financeira efetuou o ateste do serviço prestado e verificação da execução, com base nas notas fiscais e emitiu nota de empenho retroativa, tentando “regularizar” o procedimento. O Tribunal de Contas determinou a oitiva dos responsáveis.

À luz das Normas Gerais de Direito Financeiro e dos manuais oficiais, assinale a opção correta:

- a) O empenho retroativo é admitido para regularizar despesas já liquidadas, desde que a documentação comprove a entrega do objeto.
- b) A realização de despesa sem empenho prévio é vedada, salvo em estado de calamidade pública reconhecido, hipótese em que se admite empenho posterior.
- c) O pagamento sem empenho é legítimo quando a despesa decorrer de contrato assinado em exercício anterior, desde que exista dotação no exercício corrente.
- d) A liquidação deve suceder ao empenho e preceder o pagamento; inverter a sequência (pagar primeiro e empenhar/liquidar depois) fere a ordem legal de execução da despesa.
- e) O pagamento pode ser realizado sem liquidação formal, se houver autorização orçamentária e saldo disponível, pois a liquidação tem caráter apenas contábil.

57. O Município Ómega ajuizou ação contra a União alegando que sucessivas desonerações de IR e IPI (isenções, reduções e incentivos fiscais) vêm diminuindo os repasses ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do qual é beneficiário. Sustenta que tais atos seriam inconstitucionais por afetarem sua capacidade financeira.

Com base na Constituição Federal, na legislação orçamentária e na jurisprudência do STF sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão de benefícios fiscais que reduzam o montante do IR e do IPI é inconstitucional, por comprometer a arrecadação municipal via FPM e violar a autonomia municipal.
- b) A concessão de incentivos fiscais pelo Poder Executivo depende de autorização dos entes beneficiários do FPM, sob pena de inconstitucionalidade.
- c) A base de cálculo do repasse ao FPM deve considerar a arrecadação potencial do IR e do IPI, como se inexistissem incentivos fiscais.
- d) A concessão de incentivos fiscais federais não pode afetar os percentuais mínimos de aplicação obrigatória em educação e saúde pelos municípios.
- e) É constitucional a concessão de isenções e benefícios fiscais pela União, ainda que impliquem redução dos valores repassados aos municípios por meio do FPM, desde que observados os limites legais e constitucionais.

58. Em auditoria operacional, o Tribunal de Contas do Estado Y verificou que o Poder Executivo firmou contratos e iniciou a construção de um parque tecnológico estadual sem que o projeto constasse da LOA vigente e sem abertura de crédito adicional. Alegou-se que o PPA previa genericamente “fomento à inovação”, motivo pelo qual a execução teria respaldo.

Considerando as normas constitucionais e a legislação infraconstitucional aplicável, a conduta descrita é:

- a) vedada pela Constituição Federal, por configurar início de programa/projeto não incluído na LOA.
- b) permitida, desde que haja suplementação posterior, pois a retificação pelo Legislativo pode convalidar o ato.
- c) vedada pela Constituição Federal, por afrontar a anualidade orçamentária, que proíbe qualquer execução de despesa com obra no exercício financeiro sem previsão no PPA.
- d) permitida, porque investimentos não dependem de previsão específica na LOA quando houver previsão genérica no PPA.
- e) permitida exclusivamente se for classificada como despesa de exercícios anteriores, independentemente de dotação prévia.

59. Durante auditoria orçamentária no Município Beta, o controle interno identificou, entre as entradas de recursos:

- I. Arrecadação de IPTU e de ITBI.**
- II. Transferência voluntária da União para obra de drenagem urbana (convênio de investimento).**
- III. Alienação de um veículo oficial da frota municipal, por leilão.**
- IV. Valores recebidos pela prestação de serviços públicos remunerados (preços/tarifas de uso de equipamentos esportivos municipais).**
- V. Amortização de empréstimo concedido pelo Município, em anos anteriores, à autarquia de saneamento.**

Com base nas categorias econômicas da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as receitas I, II e IV são classificadas como correntes; as demais são patrimoniais.
- b) Todas as receitas são correntes, pois não envolvem constituição de dívida nova.
- c) Apenas as receitas II e III são de capital; as demais são extrapatrimoniais.
- d) As receitas I e IV são correntes; as receitas II, III e V são de capital.
- e) Apenas a receita II é de capital, pois representa aumento de patrimônio; as demais são correntes.

60. O Município Órion vem sofrendo forte pressão por eficiência no gasto. Para a próxima LOA, o Secretário de Planejamento determinou que todas as unidades gestoras apresentem, para cada ação, uma revisão completa de necessidade, com alternativas de custo, justificativa do nível de serviço e demonstração de como cada despesa contribui para os objetivos da política pública — inclusive para programas “antigos”, que só vinham sendo repetidos ano a ano. O propósito declarado é romper com a lógica incremental e obrigar a reavaliação “do zero” de todas as despesas.

Com base nesse cenário, é correto afirmar que a técnica proposta corresponde ao:

- a) orçamento por desempenho, centrado na fixação de metas físicas e indicadores de impacto.
- b) orçamento base zero, que exige revisão total e justificação individualizada de todas as ações em cada ciclo.
- c) orçamento tradicional, cujo foco é a separação categorial de despesas por unidades.
- d) orçamento participativo, pois obriga o gestor a seguir diretrizes da população.
- e) orçamento por resultados, já que a exigência de justificar cada gasto está condicionada à previsão de superávit fiscal.

61. O Governador do Estado Beta encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, contendo os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais dependentes. Para agilizar a tramitação, as dotações da seguridade social foram agregadas em um único item global, sem discriminação das ações e metas. Além disso, o projeto autorizava a execução de despesas até fevereiro de 2027, sob o argumento de que se trata de programa de vigência plurianual.

Considerando os princípios orçamentários aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da exclusividade foi respeitado, pois a LOA trata apenas de receita e despesa, ainda que sem detalhamento.
- b) O princípio da anualidade admite que despesas previstas em uma LOA sejam executadas no exercício subsequente, a depender de autorização específica.
- c) O princípio da unidade foi violado, pois incluir os três orçamentos em uma única lei configura fracionamento vedado.
- d) A apresentação consolidada da seguridade social em item único encontra amparo no princípio da economicidade e especificação, desde que aprovada pelo Legislativo.
- e) O projeto de LOA violou os princípios da anualidade e da especificação (discriminação), ao prever execução fora do exercício financeiro e apresentar dotações globais.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - ITEM 11

Guilherme Sant'Anna

62. Avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Uma das finalidades do Sistema de Controle Interno é avaliar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta.
- () A auditoria de conformidade foca em determinar se um particular objeto está de acordo com normas identificadas como critérios. Essa auditoria, portanto, é realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
- () A auditoria financeira terá por objeto os dados contábeis e financeiros relacionados a uma entidade, bem como os programas, sistemas e processos governamentais que estiverem inseridos no contexto da apresentação das demonstrações financeiras.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V – V – V.
- b) V – F – V.
- c) F – F – F.
- d) F – V – F.
- e) F – V – V.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - ITEM 12*Gilmar Possati*

63. O Município Audazes dos Pampas, ao elaborar suas demonstrações contábeis e orçamentárias, deve observar as disposições da Lei nº 4.320/64. De acordo com o Título IV desta Lei, que trata do Exercício Financeiro, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- a) O exercício financeiro pode ter sua duração alterada para se ajustar ao ciclo de planejamento plurianual do ente, desde que aprovado por lei específica.
- b) As despesas pertencem ao exercício financeiro se nele forem liquidadas, independentemente do seu empenho.
- c) As receitas são consideradas pertencentes ao exercício financeiro a partir do seu lançamento, independentemente de sua efetiva arrecadação.
- d) As despesas legalmente empenhadas em determinado exercício pertencem a ele, mesmo que seu pagamento ocorra no exercício subsequente.
- e) Os Restos a Pagar, por representarem despesas de exercícios anteriores, não são considerados parte do exercício financeiro corrente para fins de apuração do resultado orçamentário.

64. A administração do Município Audazes dos Pampas necessitou, ao longo do exercício, de recursos orçamentários não previstos inicialmente. Em situações como esta, a Lei nº 4.320/64, em seu Título V, dispõe sobre os Créditos Adicionais. Com base nesse Título, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- a) Os Créditos Suplementares e Especiais, se abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, terão sua vigência prorrogada para o exercício subsequente.
- b) O superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, não pode ser utilizado como fonte para a abertura de créditos adicionais, pois já foi contabilizado.
- c) Créditos Especiais são destinados a reforçar dotações orçamentárias insuficientes, enquanto os Créditos Suplementares são para despesas novas.
- d) Os Créditos Extraordinários, destinados a despesas urgentes e imprevistas, são abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará conhecimento imediato ao Poder Legislativo.
- e) A abertura de créditos adicionais é sempre precedida de lei específica, não sendo permitida a utilização de medida provisória para tal finalidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Emerson Bruno*

65. Durante uma inspeção na Prefeitura de Porto Alegre, a estudante de direito Luiza observou que alguns cargos de chefia estavam sendo ocupados por pessoas que não pertenciam ao quadro efetivo de servidores. Ela também notou que candidatos aprovados em concurso público ainda não tinham sido convocados, enquanto novos aprovados estavam sendo chamados. Preocupada, Luiza questionou o chefe de RH sobre a legalidade dessas situações. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) É permitido que funções de confiança e cargos em comissão sejam ocupados por pessoas externas ao quadro de servidores, independentemente de previsão legal.
- b) Candidatos aprovados em concurso público têm prioridade na convocação durante o prazo do concurso, devendo ser chamados antes de novos aprovados.
- c) O direito de greve dos servidores públicos não depende de lei específica, podendo ser exercido livremente.
- d) Todos os cargos e empregos públicos podem ser preenchidos por brasileiros e estrangeiros, sem qualquer requisito legal.
- e) O chefe de RH pode nomear qualquer pessoa para funções de confiança, desde que não ocupe cargo em comissão declarado em lei.

66. João, servidor público, voltava do trabalho à noite quando, passando em frente a uma residência, percebeu que uma idosa estava sendo violentamente agredida dentro do imóvel. À luz da Constituição Federal, João:

- a) somente poderia entrar no imóvel com mandado judicial, mesmo diante da violência observada;
- b) deveria acionar a polícia ou o Ministério Público para que estes adotassem as medidas cabíveis e realizassem a prisão;
- c) poderia exigir, amparado na lei, que o agressor cessasse a conduta, mas não poderia adentrar no local sem ordem judicial ou consentimento do morador;
- d) apenas poderia procurar as autoridades competentes para que obtivessem mandado judicial, ingressando no imóvel e prendendo o agressor.
- e) poderia ingressar na residência, ainda que contra a vontade do morador, para impedir o crime e deter o agressor;

67. Rafael queria construir um imóvel em terreno de sua propriedade. Após atender a todos os requisitos legais e contratar um responsável técnico, solicitou ao órgão municipal a licença para construir. Para sua surpresa, o diretor do órgão indeferiu o pedido, alegando apenas que “não era oportuno” conceder a licença, embora a legislação previsse que se tratava de ato vinculado.

Diante dessa situação, o instrumento constitucional cabível a ser manejado por Rafael é:

- a) a ação popular.
- b) o habeas data.
- c) a ação civil pública.
- d) o mandado de segurança.
- e) a reclamação constitucional.

68. Lucas, Senador da República, desejava protocolar um projeto de lei em tema que integra a competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal. Para tanto, pediu à sua equipe que explicasse quais são os parâmetros constitucionais aplicáveis a esse tipo de competência. A resposta correta foi a de que:

- a) à União cabe apenas suplementar a legislação estadual ou distrital, com foco nas peculiaridades locais.
- b) todos os entes federativos possuem liberdade plena para legislar, prevalecendo sempre a norma nacional sobre as estaduais e distritais.
- c) todos os entes federativos possuem liberdade plena para legislar, prevalecendo sempre a norma estadual ou distrital sobre a nacional.
- d) à União compete editar normas gerais, as quais suspendem a eficácia das leis estaduais ou distritais anteriores que contrariem o conteúdo federal.
- e) à União compete apenas editar normas gerais e, em caso de conflito com leis estaduais ou distritais, estas últimas prevalecerão em razão do interesse específico.

69. O Conselho Nacional de Justiça é formado por 15 (quinze) integrantes, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução. A seguir, estão listadas alternativas indicando os membros do Conselho. Assinale aquela que não faz parte da composição do CNJ.

- a) Dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- b) Um juiz do Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- c) Um juiz do Tribunal Regional Eleitoral, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) Um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.

e) Um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

70. Após assumir o mandato, durante o exercício de suas funções, a vereadora do Município Y é flagrada exigindo que parte dos salários de seus assessores seja depositada em uma conta de pessoa a ela vinculada. Nessa situação, a competência para processar e julgar o caso é do(a):

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Tribunal de Justiça estadual.
- c) Turma Recursal.
- d) Supremo Tribunal Federal.
- e) Juízo de Direito estadual de primeiro grau.

71. Durante uma reunião do movimento social “Cidadania Ativa”, Mariana, professora de direito, explicou aos participantes como funcionam as emendas à Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Ela destacou que existem quatro formas de apresentar uma proposta de emenda constitucional, regras sobre votação, quórum necessário, além de limitações em situações de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio. Com base nessa explicação, assinale a alternativa correta sobre a proposição e aprovação de emendas à Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:

- a) Uma emenda pode ser proposta por um décimo dos Deputados ou pelo Governador, devendo ser aprovada por maioria simples em dois turnos.
- b) É possível apresentar emenda constitucional apenas por iniciativa dos Deputados, não sendo admitida proposta popular.
- c) A proposta de emenda poderá ser apresentada por pelo menos um terço dos Deputados, pelo Governador, por mais de um quinto das Câmaras Municipais (cada uma delas com maioria relativa) ou por iniciativa popular, devendo ser aprovada em dois turnos com voto favorável de três quintos dos membros da Assembleia Legislativa.
- d) Mesmo durante intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, a Constituição do RS pode ser emendada normalmente.
- e) Uma proposta de emenda rejeitada em um turno pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa.

72. Durante o primeiro ano de exercício como juiz de direito em um município do Rio Grande do Sul, o juiz Carlos decidiu lecionar em uma universidade, receber honorários por assessoria em um processo particular e participar de reuniões de um partido político fora do horário de expediente. À luz da Constituição Federal, assinale a opção correta sobre a atuação de Carlos:

- a) Todas as condutas são permitidas, pois o juiz está fora do horário de expediente e ainda não adquiriu vitaliciedade.
- b) É permitido apenas o exercício de magistério; as demais condutas configuram violação das vedações impostas aos juízes.
- c) É permitido receber honorários por participação em processos, desde que seja em caráter particular e fora da comarca de exercício.
- d) É permitido participar de atividades político-partidárias fora do horário de expediente, desde que não interfira na função jurisdicional.
- e) Nenhuma conduta é vedada, pois o juiz ainda não adquiriu vitaliciedade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

73. Suponha que uma forte tempestade tenha provocado o rompimento de uma barragem em determinado município, causando alagamentos, destruição de casas e paralisação parcial da rede de abastecimento de água. Para proteger a coletividade e restabelecer serviços essenciais, a Administração Pública decide: (i) realocar famílias em situação de risco e desapropriar imóveis para obras de contenção, (ii) contratar, de forma imediata, empresas para reparar adutoras e vias públicas danificadas e (iii) requisitar caminhões particulares para transporte emergencial de água potável. É correto afirmar que a atuação administrativa busca concretizar diretamente o princípio da:

- a) moralidade.
- b) supremacia do interesse público.
- c) legalidade.
- d) publicidade.
- e) probidade administrativa.

74. Em uma vistoria ambiental, o órgão competente constata que uma fábrica despejava resíduos tóxicos em um rio da região. Diante disso, a autoridade impõe sanções aos responsáveis que devem ser cumpridas independentemente de concordância. O atributo do ato administrativo evidenciado nessa situação é:

- a) tipicidade.
- b) autoexecutoriedade.
- c) imperatividade.
- d) legitimidade.
- e) veracidade.

75. Quando a Administração avalia se deve conceder determinada licença, com base na conveniência e na oportunidade administrativas previstas em lei, ou escolhe, entre diversas opções, o local mais adequado para implantar um novo serviço público, o poder exercido nessa situação denomina-se poder:

- a) Vinculado.
- b) Disciplinar.
- c) Discricionário.
- d) Regulamentar.
- e) De polícia.

76. São unidades integrantes da estrutura do Estado, criadas por meio da desconcentração administrativa, subordinadas hierarquicamente e essenciais à execução das funções públicas. Tais unidades não dispõem de personalidade jurídica própria, nem de patrimônio ou autonomia financeira, agindo em nome da pessoa jurídica a que pertencem. É correto afirmar que o trecho apresentado se refere:

- a) aos órgãos públicos.
- b) às sociedades de economia mista.
- c) às entidades paraestatais.
- d) às agências reguladoras.
- e) às fundações públicas.

77. De acordo com a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA), analise as afirmativas abaixo:

- I. Configura-se o **dolo**, na LIA, quando o agente atua com vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito previsto na norma, não sendo suficiente a mera voluntariedade genérica.
- II. As disposições da LIA são aplicáveis, no que couber, ao terceiro que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra **dolosamente** para a prática do ato de improbidade.
- III. Havendo indícios de ato de improbidade, a autoridade que tiver conhecimento dos fatos deve representar ao **Tribunal de Contas** competente, para as providências cabíveis.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a afirmativa I está correta.
- b) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Somente a afirmativa III está correta.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

78. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando a Administração Pública pretende contratar serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que não seja possível fazer a competição, trata-se de hipótese de

- a) pregão.
- b) inexigibilidade de licitação.
- c) concorrência.
- d) dispensa de licitação.
- e) tomada de preços.

79. Uma secretaria municipal constata que determinado alvará (licença) expedido pelo órgão competente apresenta um vício grave de ilegalidade e, por isso, decide retirar seus efeitos juridicamente, desfazendo o ato. Em outra situação, um alvará validamente concedido mostra-se, com o passar do tempo, contrário ao interesse público superveniente, o que leva a autoridade a cessar os efeitos desse ato apenas para o futuro, por motivo de conveniência administrativa. Trata-se, respectivamente:

- a) da anulação do primeiro ato e da revogação do segundo.
- b) da revogação do primeiro ato e da anulação do segundo.
- c) da convalidação do primeiro ato e da revogação do segundo.
- d) da cassação do primeiro ato e da anulação do segundo.
- e) da revogação de ambos os atos.

80. Visando resguardar a segurança e a ordem públicas, determinado Município edita normas restringindo o horário de funcionamento de bares e casas noturnas e intensifica a fiscalização, aplicando sanções (multas e interdições) aos estabelecimentos que descumprirem as regras estabelecidas. O poder administrativo exercido nessa situação é o poder:

- a) hierárquico.
- b) disciplinar.
- c) de polícia.
- d) de tutela.
- e) regulamentar.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>